MUTUALISTA AÇOREANA

Relatório e Balanço de Contas Nº SN/1979 de 19 de Abril

Exmos. Senhores Accionistas,

No termo deste primeiro ano do exercício do mandato que lhe foi conferido, vem a Administração apresentar à Assembleia o Relatório, Balanço e Contas da sua gestão em 1978.

Como é do conhecimento geral, os circunstancialismos resultantes duma situação de crise, mais ou menos aguda, que se viveu no Pais no decorrer do ano, tiveram, como não poderiam deixar de ter, os consequentes reflexos na vida da Empresa, os quais, não só obstaram a que se pudesse estabelecer e cumprir um plano ordenado de expansão, como também, impuseram o recurso a opções pontuais, perante as situações e mutações que ocorreram no sector dos transportes marítimos.

O facto de no decurso deste exercício nos termos tido de defrontar com uma situação de greve, que consideramos ilegal e que conduziu a mais longa imobilização do nosso navio - 60 dias -é, por si só, bastante exemplificativo, para que possa avaliar-se das dificuldades que houve que vencer para minimizar os prejuízos decorrentes dessa imobilização, que ascenderam a mais de 4.600 contos.

Com o recurso ao afretamento oportuno do «MOR VIANA» para substituição do «CORVO» diminuiu-se, de algum modo, esse prejuízo, mas, como é óbvio, isso não foi suficiente, dado que a rentabilidade daquele navio é inferior à do «CORVO».

Mau grado as consequências prejudiciais que a greve acarretou para a Empresa e para a economia regional, poderá dizer-se, também, que perante a situação com que se defrontou, a Empresa foi obrigada a experimentar-se a si própria quanto à capacidade de resposta das suas estruturas perante um futuro crescimento e expansão.

Essas estruturas que tinham, há pouco, começado a operar mais dois navios além do «CORVO», viram-se, em consequência da greve e da solicitação do Governo Regional, repentinamente empenhadas em operar 14 navios, com o alargamento das suas escalas para mais 15 portos no Continente, Açores e Madeira, e mais 5 no Noite da Europa e Espanha.

Responder a isto representou um esforço e dedicação do nosso pessoal que, embora oportunamente louvado, como era imperativo, não poderíamos deixar de salientar neste relatório, para o devido conhecimento dos Senhores Accionistas.

Infelizmente, não poderemos dizer que esse esforço pareça ter sido devidamente apreciado e compreendido por todas as pessoas e entidades que, nessa situação de emergência, recorreram a nossa colaboração, dado que, pelo menos ate agora, não nos foi transmitida uma só palavra que o reflectisse e que pudéssemos transmitir aos trabalhadores da Mutualista que são, sem sombra de dúvida, os credores desse apreço que, de justiça, deveria ser também expresso fora dos limites que circunscrevem a Empresa.

Antes de entrarmos propriamente na análise sucinta dos números do Balanço, na evolução dos custos e receitas e nas estatísticas das nossas actividades, entendemos ser conveniente uma referência especifica a alguns factos, actuações e iniciativas que no decurso do ano tiveram lugar.

TRANSPORTE DE CIMENTO, CLINQUER E GESSO PARA A REGIÃO

Em colaboração com a «CIMPOR», a «SECIL» e o «ENTREPOSTO COMERCIAL», incrementou-se um serviço regular de transporte de cimento, clinquer e gesso, utilizando dois navios granadeiros afretados, ligando os portos abastecedores de Setúbal e Lisboa no Continente Português, Huelva e Porto de Santa Maria em Espanha e Dunkerque, Northefleet e Chant no Norte da Europa, com os portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Funchal.

Foram transportadas mais 50.000 toneladas de granéis de clinquer, cimento, gesso e escórias de ferro.

Apraz-nos fazer o registo deste serviço que, de algum modo, vem patentear o empenhamento da Empresa em colaborar, dentro das suas possibilidades, no minimizar das carências destes materiais na Região.

Os navios empregados regularmente neste serviço foram o «BALTIC STAR» e o «DECIMUM».

Desejamos deixar ainda aqui registado o nosso pesar pela perda do «DECIMUM» em 30 de Dezembro devido ao grande temporal que o afundou, tendo falecido no sinistro o seu valoroso comandante.

2 - CONTENTORIZAÇÃO

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, o nosso navio «CORVO» não é um porta-contentores. Apesar disso, tem-se vindo a desenvolver um esforço persistente no sentido de conseguir ao máximo o seu aproveitamento com carga contentorizada, esforço esse cuja evolução é a seguinte:

Em 1977 a Mutualista utilizou 8 contentores pequenos que eram propriedade da J.N.P.P., operando durante o ano um total de 343 contentores, dos quais uma pequena parte eram alugados e os restantes pertencentes .a entidades privadas.

No decurso de 1978 operamos com 583 contentores de 10 e 20 pés, sendo 10 de nossa propriedade e os restantes alugados ou de entidades privadas, operando-se ainda 791 contentores pequenos da J.N.P.P..

Dada a incapacidade de meios do navio para movimentar contentores, por não ter sido para o efeito concebido, e, considerando também a incapacidade dos meios próprios do porto, não nos é possível ainda tirar o partido conveniente deste meio de transporte de cargas, tendo, pelas razões apontadas, de passar-se pela incoerência de ter de esvaziar-se os contentores a bordo para os poder descarregar e, carregá-los a bordo.

Tal procedimento, que é absolutamente inconcebível, .deve-se ao facto de os guindastes fornecidos pela J.A.P. só manobrarem cargas até 5 toneladas e um contentor de 20 pés cheio pesar em média 7 toneladas.

Perde-se assim alem de muito tempo, a segurança contra os roubos que se verificam nos portos e que constituem um escândalo a que urge por termo, mas que infelizmente, se continua a processar perante a passividade de quem detém as linhas do poder para tomar medidas adequadas para acabar com este estado de coisas.

A nossa Empresa aumentou neste ano aos seus Quadros os . Fiéis do Porão, mas, como e óbvio, esta medida contempla apenas uma limitada área de segurança no circuito das cargas e que é precisamente aquela onde elas são menos vulneráveis ao roubo.

Como medida atinente a dar-se ao navio uma maior autonomia neste domínio da contemporização, está a proceder-se a um estudo da substituição dos guinchos de bordo para que, por meios próprios, o navio possa movimentar contentores até 25 toneladas.

Coligada com as diligências no sentido da contemporização, foi pedida à J.A.P. a cedência de espaço no Parque Dinis da Mota para a implantação de um parque para contentores, privativo da Empresa, estando o assunto dependente da concretização de algumas formalidades burocráticas que estão em curso.

3 - AUMENTO DA FROTA.

Como é óbvio, a Mutualista está absolutamente consciente de que algo importa ser feito, a curto e médio prazo, para dar resposta a uma urgente e necessária actualização e adequação dos meios de transporte que servem a Região.

Essa adequação passa, evidentemente. pela ampliação da nossa frota com aquisição de novas unidades.

Neste sentido já foram tomadas iniciativas e apresentado em Julho à Secretaria de Estado da Marinha do Comércio um estudo objectivando uma definição. quanto à autorização para a compra de um ou dois navios graneleiros.

Lamentavelmente, até agora, ainda não logramos obter qualquer resposta, crítica, ou orientação.

Este seria um primeiro passo, já que não nos parece muito viável o esforço financeiro necessário para que, simultaneamente, se pense em adquirir também um porta-contentores.

Por isso se optou pela solução mais imediata de afretar um porta-contentores com a capacidade para 90 unidades de 20 pés, tendo sido oportunamente requerida a necessária autorização à D..M.C. autorização essa que ainda não logramos obter.

Isto leva-nos a ter que admitir que, embora, muito se fale no problema da expansão das empresas privadas, na realidade, não se possibilitam as condições mínimas para facilitar qualquer iniciativa nesse sentido.

Adquirir ou mandar construir um navio porta-contentores, implica a disponibilidade de vultuosos capitais que, tomados na Banca estetizada, nos moldes dos custos actuais do capital, exigem uma rentabilidade e lucros que não estio ao alcance de uma empresa da nossa dimensão, que se movimenta num espaço económico como aquele em que estamos inseridos.

Dado que não conhecemos a existência, no âmbito estatal ou regional, de quaisquer planos de apoio a estas iniciativas, restará somente a alternativa do recurso a um substancial aumento do capital da Empresa para investir neste objectivo, mas, embora seja este o caminho mais desejável, teremos que o apreciar quanto à sua viabilidade, tendo na devida conta, que, para assegurar uma saudável situação financeira da Empresa, sem sempre imperativo que se mantenha o índice de relação entre os capitais, próprio e alheio, dentro dos limites impostos pelos princípios da ciência económica.

E assim, põem-se liminarmente as seguintes questões de base:

Sabendo-se que para a aquisição de um porta-contentores será necessária uma verba da ordem dos 150.000 contos e, tendo em conta que é proibitivo o custo desse dinheiro obtido na Banca, aos juros actuais, será legítimo perguntar-se:

Estará a massa accionista na disposição de subscrever um aumento de capital, necessariamente vultoso, no actual clima de incerteza que infelizmente ainda se vive no País, perante o qual nenhum plano orçamental pode resistir aos imprevistos das greves, das subidas exponenciais dos salários, dos custos portuários, das manutenções, dos combustíveis etc., em paralelo com a manutenção de preços políticos de fretes?

Aberta a subscrição do capital ao público, haverá realmente quem queira arriscar as suas economias nos empreendimentos de um sector tão contingente, quando, muito calmamente, as pode por a render 20% no Banco?

Embora desejemos avançar neste processo, parecemos que, antes, deve ser definida com urgência uma política clara de apoio à marinha de comércio, reactivando em moldes actuais, um fundo de renovação, estatal ou regional, sem o que, dificilmente, se poderá sair da actual situação de ineficiência e incerteza.

E necessário seria referir que, para além disto, e indispensável que seja também claramente definida a política de transportes marítimos, de e para os Açores

A Administração continua, todavia, empenhada em diligências atinentes a concretizar o seu desenvolvimento e expansão, tendo já iniciado o lançamento de uma linha de ligação dos portos principais do Arquipélago com o Norte de Portugal, linha casa, que tivemos de interromper por não nos ter sido concedido pela D.G.M.C. a prorrogação do afretamento do navio empenhado neste tráfego.

4 - ESTUDO DE TRANSPORTES DO «SHIPPING SERVICES».

Oportunamente a Administração transmitiu aos Governos Central e Regional o seu parecer sobre este estudo. Seria descabido e demasiado exaustivo o transcrever neste relatório esses pareceres, mas, os mesmos poderão ser fornecidos aos Senhores Accionistas que deles desejam tomar conhecimento.

Será, todavia oportuno informar, que, embora a nossa Empresa não tenha sido ouvida para a celebração desses estudos, nem pelos grupos de trabalho que posteriormente se debruçam na sua análise, não nos eximimos a dar atempadamente a nossa opinião, não nos tendo sido todavia transmitida, ate ao presente momento, qualquer apreciação ou comentário sobre a mesma, seja pelo Governo Central, seja pelo Governo Regional, que levaram o seu inexplicado mutismo, até ao ponto que roça pela indelicadeza, de nem sequer acusarem a sua recepção.

5 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E RECEITAS

As despesas totais no exercício foram de 104.353.430$34) como consta do Balanço contra 63.895 contos em 1977.

A sua evolução comparativa com os do ano de 1977 no que respeita aos valores mais significativos foi a seguinte

	1977	1978	± %
Custo da Estiva	23.196.583$00	29.396.870$80	26,73
Despesas Portuárias	5.308.648$10	7.180.246$90	35,26
Pessoal	13.554.071$00	18.007.316$90	32,85
Combustíveis	5.424.190$20	9.305.668$90	71,55
Manutenção e Conservação	4.167.487$80	4.394.948$10	5,44

Relativamente a 1977 houve um aumento de despesas da ordem dos 63,3% As receitas totalizaram 107.927.128$20 contra 66.741.941$80 em 1977

6 - AMORTIZAÇÕES

	1977	1978
Fundo de Renovação da M. Mercante	2.314.452$60	1.211.747$50
Outras	3.999.943$30	4.238.052$70

A dívida ao Fundo de Renovação ficou em 14.408.1 94$50

7 - ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

	1977	**1978**
Tonelagem de carga geral movimentada	30.427.418 K	32.184.330 K

Transportados	—	56.751.000 K
Viagens redondas do Corvo	22	19
Tonelagem de carga movimentada	30.427 Ton.	88.945 Ton.
Viagens redondas enavios afretados	2	27

8 - RESULTADO LÍQUIDOS

O resultados do exercício foi de 3.573. 697$90, o que representa relativamente a 1977 um aumento da ordem dos 25,5%. Propomos que este saldo seja destinado a abater ao saldo negativo de exercício anteriores de 5.039.161$10 que ficará assim reduzido a 1.465.463$20

E para terminar desejamos deixar aqui expresso o agradecimento da Administração aos nossos estimados Clientes que nos deram a sua preferência e compressão.

Aos nossos colaboradores que trabalham na Mutualista Açoreana desejamos uma vez mais deixar aqui expresso o nosso maior apreço pelo seu esforço e colaboração.

Finalmente cumpre-nos agradecer ao Exm.º Conselho Fiscal a colaboração que nos deu durante o passado exercido sublinhando a forma competente como sempre exerceu as suas funções.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 1979

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(*Assinatura ilegível*)

Casa Bensaúde, Importações e Exportações, SARL

Representada por Filipe Bensaúde

(Assinatura ilegível)

E.A.MOREIRA - Agentes de Navegação, SARL Representada por Ruy Moreira

(Assinatura ilegível)

Dinis Agostinho Pimentel da Silva

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4. VALORES GLOBAIS DAS COMPRAS FEITAS DIRIECTAMENTE AO ESTRANGEIRO

Escudos: 1.247.515$80

NOTA: - O valor referido diz respeito a peças-adquiridas para uso exclusivo do fim «CORVO».

8. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DAS EXISTÊNCIAS ADOPTADOS

Preço do custo

9. VALOR GLOBAL EM CADA CONTA DOS CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes c/gerais 172.677$90

12. DESDOBRAMENTO DAS DESPESAS COM O PESSOAL PELAS SEGUINTES RUBRICAS

Remunerações a Corpos Gerentes	468.000$00
Ordenados e Salários	24.959.638$20
Remunerações adicionais	6.455.418$90
Encargos s/Remunerações	11.834.232$00
Outras despesas com o Pessoal	5.127.036$70
TOTAL	48.844.325$80

15. VALOR GLOBAL DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS QUE SE ENCONTRAM ONERADOS

Imobilizações Corpóreas

Material de .Carga e Transporte

Hipoteca de Esc. 14.408.194$50 ao Fundo de Renovação da Marinha Mercante Nacional.

21. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE DETENHAM ENTRE 10% A 25% DO CAPITAL.

A participação no capital social das pessoas colectivas é de 72%.

23. RELAÇÃO NOMINAL DAS ACÇÕES OBRIGAÇÕES E QUOTAS DE CAPITAL EM SOCIEDADES, CONTENDO, POR CADA UMA DAS CONTAS, OS CORRESPONDENTES VALORES NOMINAIS DE AQUISIÇÃO E DE INVENTARIAÇÃO.

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
AGRAÇOR-Soc.Agro-Pec.Açoriana,SARL.	100	1.000$00	1.000$00	100.000$00
BANCO MICAELENSE	50	50$00	50$00	2.500$00
SINAGA-Soc.Ind.Ag.Açorianas, SARL..	34	1.000$00	1.000$00	34.000$00
SOC.TEATRO MICAELENSE	10	1.000$00	10.000$00	10$00
SOC.TERRA NOSTRA.....	10	100$00	1.000$00	10$00

24. MOVIMENTO DAS CONTAS DA SITUAÇÃO LÍQUIDA OCORRIDO NO EXERCÍCIO

CONTAS		Saldo Inicial	Movimento No Exercício	Saldo Final
52	Capital Social.....	15.600.000$00		15.600.000$00
53	Prestações Suplementares			
54	Capital Individual			
55	Reserv.Legais e Estatutárias	1.600.000$00		1.600.000$00
56	Reservas Especiais			
57	Reserva de Reavaliação		38.780.650$00	38.780.650$00
58	Reservas Livres	19.800.000$00		19.800.000$00
59	Resultados Transitados	-5.039.161$10		-5.039.161$10
88	Resultados Líquidos		3.573.697$90	

CONTAS	Saldo Inicial	Constituição ou Reforço	Utilização	Reposição e Anulação	Saldo Final
28 Prov.p/Impostos sobre lucros		250.000$00			250.000$00
29 Prov.p/cobrança duvidosa e outros riscos e encargos	990.266$20	894.521$40	33.924$00		1.850.863$60
39 Prov.p/depreciação de existências					
49 Prov.p/imobilizações financeiras					

26. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA POR VALORES, DE TERCEIROS.

Títulos em Depósito 432.896$30

O TÉCNICO DE CONTAS, *José Maria Pacheco de Sousa*. - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Casa Bensaúde, Imp. Exportações, SARL (Presidente) Representada por, *Filipe Bensaúde*. - E.A.MOREIRA Agentes de Navegação, SARL - Representada por, *Ruy Hofle de Araújo Moreira Dinis Agostinho Pimentel da Silva.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários, apresentamos a V. Ex.as o nosso parecer sobre o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração, referente à gerência de 1978.

O bem elaborado relatório da Administração esclarece perfeitamente do que foi a vida da Empresa e sobre os múltiplos problemas que teve de enfrentar ao longo do, exercício. Desde uma situação de greve que imobilizou», com todas as consequências, o navio «CORVO» durante dois meses, às carências portuárias e problemas que dela resultam, como maiores paragens dos navios, Custos de exploração a os e dificuldades na prática de uma contentorização racional e desejável ao estado de crise que se viveu no País com os consequentes reflexos na vida da Empresa, foram outros tantos factores que não facilitaram o exercício e a condicionarem uma programação ainda dificultada pela indefinição de a política de transportes

Apesar das circunstâncias em que decorreu, as contas apresentam um lucro líquido, digno de registo por vir atenuar os resultados negativos dos dois exercícios anteriores e ser facto animador e estimulante para o prosseguimento das diligências que visam o desenvolvimento e a expansão da Empresa.

No que respeita ao balanço c contas, pelos exames feitos à escrita, tivemos ocasião de 'verificar que se ,encontram devidamente em ordem e que os critérios valorimétricos adoptados estão correctos para a avaliação do património e dos resultados.

Por tudo propomos:

1.º - Que aprovem o relatório, balanço e contas do exercício de 1978;

2.º - Que fique consignado na respectiva acta, um voto de louvor e muito apreço ao Conselho de Administração pela acção desenvolvida la forma como geriu os negócios da Sociedade;

3.º - Que seja manifestado o reconhecimento e apreço aos trabalhadores que com espírito de sacrifício e de boa vontade souberam responder ao trabalho anormal que resultou do número que a Empresa operou, concorrendo nome e avaliação das possibilidades da Mutualista Açoriana e para o resultado do exercício.

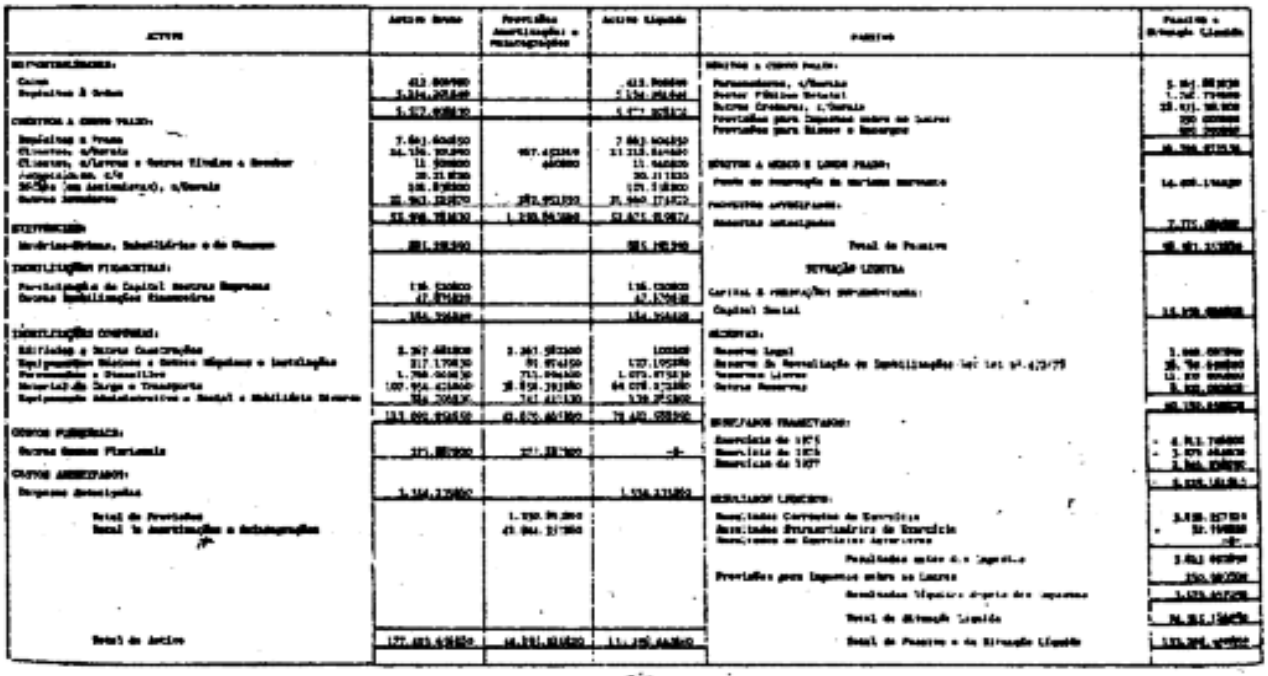
Pimentel Delgada, 14 de Março de 1979

O Conselho fiscal

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível

(Assinatura ilegível)



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE. DEZEMBRO DE 1978

O TÉCNICO DE CONTAS, *José Maria Pacheco de Sousa*.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. – Casa Bensaúde, Imp. Exportações, SARL(Presidente) – Representada por, *Filipe Bensaúde*. – E.A.MOREIRA – Agentes de Navegação, SARL – Representada por, *Ruy Hofle de Araújo Moreira, Dinis Agostinho Pimentel da Silva*.